



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 738/11

Declara de Utilidade Pública a
Comunidade Amigos da Vida - AMIV,
com sede e foro no Município de São
José dos Pinhais.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a
Comunidade Amigos da Vida - AMIV, com sede e foro no
Município de São José dos Pinhais.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua
publicação.

Sala das Comissões, 20 de junho de 2012.

ALEXANDRE CURI
Presidente

Relator



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 876/11

Altera o art. 1º da Lei nº 8.627/87,
inserindo dentre as provas obrigatórias
a que detecta a cardiopatia congênita.

:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 8.627/87 passa a ter a seguinte redação:

"Art.1º É obrigatória a realização de provas para o diagnóstico precoce da fenilcetonúria (FNC), do hipotireoidismo congênito (HC), do mongolismo, da cardiopatia congênita e outras malformações genéticas e cromossômicas, em todas as crianças nascidas nas maternidades e casas hospitalares mantidas pelo Estado do Paraná".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após 180 dias da sua publicação.

Sala das Comissões, 20 de junho de 2012.

ALEXANDRE CURI
Presidente

Relator



DEP BERNARDO CARLI

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.
Fls. 02
SLP

PROJETO DE LEI N.º 817, DE 2011

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 18 OUT. 2011

1º Secretário

Súmula: Dispõe sobre a obrigatoriedade da identificação dos torcedores nos estádios de futebol no Estado do Paraná e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decreta:

Art. 1º Os clubes, entidades mantenedoras, entidades gestoras dos estádios de futebol e estabelecimentos que realizarem a venda de ingressos para partidas oficiais de futebol disputadas em local com capacidade para mais de 15 (quinze) mil espectadores localizados no Estado do Paraná deverão realizar a identificação dos respectivos compradores de ingressos, nos termos desta lei.

Art. 2º Os responsáveis pela realização do evento manterão à disposição das autoridades, pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses contados a partir da competição, banco de dados com a identificação dos compradores e frequentadores das partidas de futebol.

Art. 3º Os torcedores e frequentadores dos estádios serão cadastrados no ato da compra dos ingressos, mediante a apresentação de um documento oficial de identidade e a comprovação de seu respectivo endereço.

Parágrafo Único. Não será permitida a venda de ingressos a pessoas que não apresentarem a documentação mencionada no caput deste artigo.

Art. 4º Os clubes, equipes esportivas, federações, patrocinadores e outras entidades que doarem ingressos ficarão responsáveis pela identificação dos usuários, devendo informar os respectivos dados aos organizadores do evento até o início da partida.

Art. 5º Os estádios de futebol contarão com meio de monitoramento por imagem das catracas e instalação de equipamentos de gravação fotográfica do rosto, a fim de identificar os torcedores e relacioná-los com o ingresso adquirido.

§ 1º O equipamento mencionado no caput deste artigo será dotado de mecanismo que grava a imagem do torcedor, vinculando a mesma ao cadastro realizado referente ao ingresso utilizado, registrando ainda, o dia, a hora e o local de acesso ao estádio.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.
Fls. 03
GL

§ 2º O uso e cessão indevidos das imagens gravadas sujeita o infrator às penalidades administrativas, cíveis e criminais, sem prejuízo das penalidades previstas no art. 7º desta lei.

§ 3º Além do monitoramento previsto no caput, os estádios de futebol deverão manter central técnica de informações, com infraestrutura suficiente para viabilizar o monitoramento por imagem do público presente.

Art. 6º Todos os funcionários dos clubes, das entidades mantenedoras e entidades gestoras, próprios ou terceirizados, que desempenhem alguma atividade nos estádios, deverão portar identificação que permita a visualização do seu nome, função e foto.

Art. 7º Os clubes, entidades mantenedoras e entidades gestoras dos Estádios de futebol que descumprirem o disposto nesta Lei ficam sujeitos às seguintes penalidades, sem prejuízo, conforme o caso, das sanções de natureza civil, penal e das definidas em normas específicas:

I - advertência, por escrito, da autoridade competente, esclarecendo que, em caso de reincidência, o infrator estará sujeito à multa;

II - multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), na segunda infração;

III - multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na terceira infração;

IV - cassação do alvará de localização e funcionamento do estádio de futebol, na hipótese de inobservância desta lei, mesmo após a aplicação das penalidades anteriores.

Art. 8º O frequentador de competição oficial de futebol identificado como participante ou incitador de distúrbios, nos estádios e fora deles, estará sujeito às seguintes penalidades:

I - impedimento de adquirir ingressos ou frequentar partida oficial de futebol pelo prazo de 5 (cinco) anos;

II - pagamento de multa no valor correspondente a 1.000 (mil) Unidades Fiscais do Estado do Paraná.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor no prazo de 90 (noventa) dias após a data de sua publicação.

Sala das Sessões, 17 de outubro de 2011.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

BERNARDO RIBAS CARLI

Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

D. L.

Fls. 04

SLR

Nos últimos anos os eventos esportivos, em especial o futebol, além de mobilizar um grande número de pessoas, adquiriram um caráter específico relacionado à segurança pública, em virtude do aumento do número de ocorrências criminais e situações de violências geradas pela característica irracional e emotiva que envolve a paixão pelo esporte e pelos respectivos clubes de futebol.

Recentes episódios marcantes, tanto em âmbito estadual como nacional, criaram outras perspectivas a respeito da forma de atuação das entidades organizadoras e dos órgãos da administração pública com o público envolvido em eventos de tamanha proporção e de enorme periculosidade.

A obrigatoriedade da identificação dos torcedores através da compra de ingresso se configura como um importante instrumento na efetivação de direitos previstos nos mais variados diplomas legais, como, por exemplo, a Lei Federal n.º 10.671/2003 - Estatuto do Torcedor - que desde 2003 introduziu uma nova relação entre o público, o estádio e o clube promotor do evento, a fim de garantir direitos e garantias constitucionais, promover a dignidade da pessoa humana e fortalecer maior segurança aos eventos esportivos no Brasil.

Seguindo esta tendência, legislações atuais e inovadoras, como produções legislativas do Município de Curitiba e do Estado de São Paulo, já preveem o mecanismo de identificação dos torcedores como instrumento para facilitar o controle do público frequentador de tais eventos e fornecer novos mecanismos para implantação de políticas públicas voltadas à segurança nos estádios.

Desta forma, identificar o público frequentador de estádios no Estado do Paraná é fornecer dados e meios de controle aos órgãos da administração pública estadual na garantia da segurança e de um evento esportivo bem sucedido, possibilitando o reconhecimento de infratores, a sua respectiva punição e exclusão por determinado período



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.
Fls. 05
SLP

de tempo dos eventos desta magnitude, seguindo certas medidas já implementadas por motivação do Ministério Público em todo o país.

Isto posto, solicita-se o apoio dos Deputados desta casa na aprovação do presente Projeto de Lei, demonstrando a intenção desta Assembleia em promover medidas de segurança pública que forneçam meios adequados de controle aos órgãos da administração pública, em razão do evidente interesse público concernente a matéria, propiciando segurança à todos os espectadores de eventos futebolísticos realizados no Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 817/11

Projeto de Lei nº 817/11

Autor: Dep. Bernardo Ribas Carli

Súmula: Dispõe sobre a obrigatoriedade da identificação dos torcedores nos estádios de futebol no Estado do Paraná e dá outras providências.

EMENTA: OBRIGATORIEDADE DA IDENTIFICAÇÃO DOS TORCEDORES NOS ESTÁDIOS DE FUTEBOL NO ESTADO DO PARANÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. POSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA. ARTS. 24 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART. 13; 197 E 198 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. CONSTITUCIONAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Bernardo Ribas Carli dispõe sobre a obrigatoriedade da identificação dos torcedores nos estádios de futebol no Estado do Paraná e dá outras providências.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da

Concedido Vistas ao Senhor Deputado <i>Ademir Franco</i> em 05/12/11 CCJ
--



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

É de competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal dispor sobre consumo e desporto, conforme o artigo 24, incisos V e IX, da Constituição Federal, determina:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

V - produção e consumo;

(...)

IX - educação, cultura, ensino e desporto;

Ressalta-se que a Constituição do Estado do Paraná vem exatamente no mesmo sentido determinar que é de competência concorrente entre a União e Estado dispor sobre consumo e desporto.

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

(...)

V - produção e consumo;

(...)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



IX - educação, cultura, ensino e desportos

Ademais a própria Constituição do Estado do Paraná afirma que é dever do Estado fomentar as atividades desportivas em todas as suas manifestações, vide art. 197:

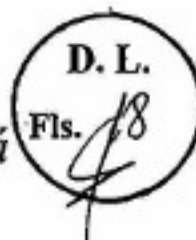
Art. 197. É dever do Estado fomentar as atividades desportivas em todas as suas manifestações, como direito de cada um, assegurando:

- I - autonomia das entidades desportivas e associações, quanto à organização e funcionamento;
- II - destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do esporte educacional e amador;
- III - incentivo a programas de capacitação de recursos humanos, à pesquisa e ao desenvolvimento científico aplicado à atividade esportiva;
- IV - criação de medidas de apoio e valorização do talento desportivo;
- V - estímulo à construção, manutenção e aproveitamento de instalações e equipamentos desportivos e destinação de área para atividades desportivas, nos projetos de urbanização pública, habitacionais e nas construções escolares;
- VI - tratamento diferenciado para o desporto profissional e não profissional;
- VII - equipamentos e instalações adequados à prática de atividades físicas e desportivas pelos portadores de deficiência. (grifos nossos)

Para finalizar os pontos em que fica demonstrada a CONSTITUCIONALIDADE do referido projeto de lei, na Constituição do Estado, destaca-se o art. 198:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 198. Caberá ao Estado estabelecer e desenvolver planos e programas de construções e instalações desportivas comunitárias para a prática do desporto popular.

Ocorre que com relação a eventos esportivos existe a Lei n.º 10.671/2003 que dispõe sobre o Estatuto do Torcedor que assim determina em seu art. 1º: "a prevenção da violência nos esportes é de responsabilidade do poder público, das confederações, federações, ligas, clubes, associações ou entidades esportivas, entidades recreativas e associações de torcedores...".

No entanto, **não há nenhuma previsão no Estatuto do Torcedor com relação à identificação de torcedores.**

Assim sendo, o nobre parlamentar no exercício da competência suplementar vem regular, normatizar este assunto no Estado do Paraná.

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

(...)

§ 1º. O Estado, no exercício de sua competência suplementar, observará as normas gerais estabelecidas pela União. (grifos nossos)

Vislumbra-se, portanto, que o projeto de lei apresentado pelo legislador estadual está amparado pelas normas vigentes, sendo o mesmo **CONSTITUCIONAL**.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

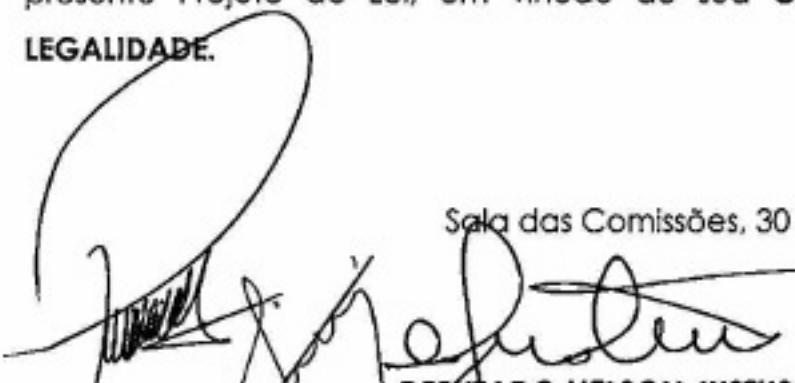



Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**.

Sala das Comissões, 30 de NOVENBRO de 2011


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRTESIDENTE


DEPUTADO ALEXANDRE CURI
RELATOR



COMISSÃO DE ESPORTES

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 817/2011

O Projeto de Lei nº 817/2011, de autoria do Deputado Bernardo Ribas Carli, dispõe sobre a obrigatoriedade da identificação dos torcedores nos estádios de futebol no Estado do Paraná e dá outras providências.

Após duto parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que opina favoravelmente à aprovação da proposição, visto estar a mesma revestida da perfeita Constitucionalidade e Legalidade, gozando ainda de boa técnica legislativa, aporta o presente nesta Relatoria para análise e parecer.

ANÁLISE DE MÉRITO

Como muito bem realçado na justificativa apresentada proponente, diversas legislações de outras unidades federativas já prevêm a identificação de torcedores como instrumento para facilitar o controle do público freqüentador de eventos futebolísticos, fornecendo mecanismos para implantação de políticas públicas voltadas à segurança nos estádios. Por isso, em se efetivando a identificação do freqüentador de estádios no Estado do Paraná estar-se-á garantindo a segurança e um evento esportivo bem sucedido, possibilitando o reconhecimento de possíveis infratores, aplicando-se-lhes a respectiva punição de acordo com a devida previsão legal, o que vem de encontro com medidas já implementadas por motivação do Ministério Público em todo o país.

CONCLUSÃO

Pelos motivos expendidos, somos favoráveis à **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2011.

Deputado Ney Leprevost
Presidente

Deputado Ademir Bier
Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO
PARANÁ



2ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 817/2011

APRESENTAÇÃO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Nobre Deputado Bernardo Ribas Carli, e dispõe sobre a obrigatoriedade da identificação dos torcedores de futebol no Estado do Paraná e da outras providencias.

FUNDAMENTAÇÃO

Sobre a matéria, podemos constatar a existência de pronunciamento favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça, e de Esportes.

Esta Comissão chamada a se manifestar em relação ao projeto, através desta relatoria e de acordo com o que preceitua Art. 33, §9º, do Regimento Interno dessa Casa de Leis, que compete manifestar em questões como as referentes á ordem e a Segurança Pública. Verifica-se ainda, por esta comissão, que não há nenhum óbice quanto sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

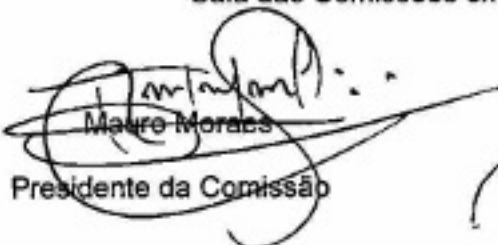
É mister destacar que a matéria abordada no presente projeto é de suma importância no que refere-se a segurança de torcedores e suas famílias, oque já vem sendo feito em outros Estados brasileiros.

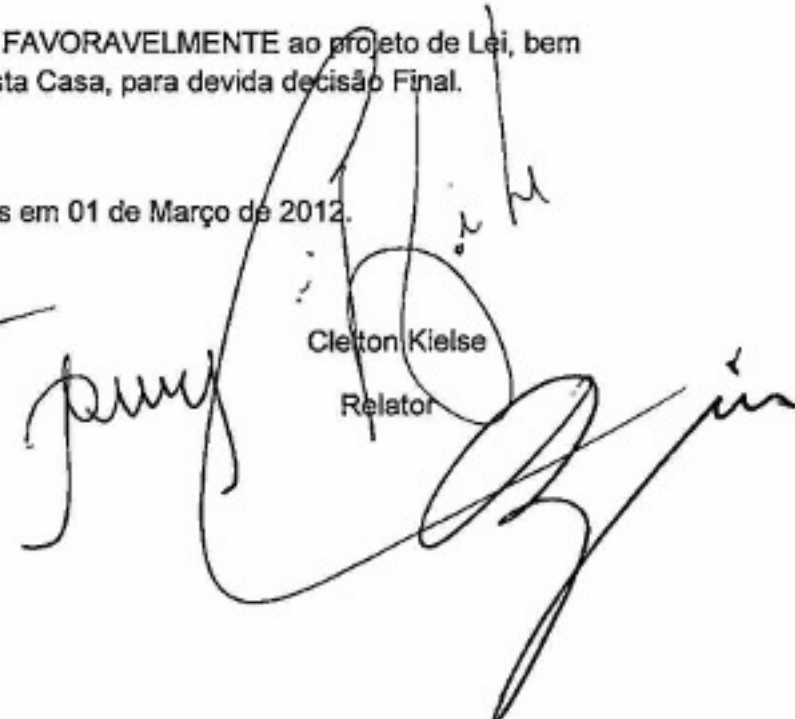
CONCLUSÃO

Pelo exposto acima, opinamos FAVORAVELMENTE ao projeto de Lei, bem como seu envio ao Douto Plenário desta Casa, para devida decisão Final.

É o Parecer.

Sala das Comissões em 01 de Março de 2012.


Mauro Morais
Presidente da Comissão


Cleiton Kielse
Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO



:PARECER AO PROJETO DE LEI 817/11

Projeto de Lei n.º 817/11

Autor: Dep. Bernardo Ribas Carli.

Súmula: Dispõe sobre a obrigatoriedade da identificação dos torcedores nos estádios de futebol no Estado do Paraná e dá outras providências.

FUNDAMENTAÇÃO

Vandalismo no futebol é crime, e deve ter punição. Os recentes episódios envolvendo torcedores de Curitiba, rio de janeiro e a cidade de santos evidenciam este fato. Marginais vestidos com camisas de futebol se infiltram nos estádios com o intuito de levar violência e pânico a outros torcedores que pagam ingressos e vão ao campo para assistirem um espetáculo e não cenas de guerra. Neste sentido, um projeto para identificar os torcedores que vão aos estádios, é fornecer dados e meios de controle são medidas de segurança pública.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **LEGALIDADE**.

Sala das Comissões, 7 de maio de 2012.



DEPUTADO ANDRÉ BUENO
PRESIDENTE



DEPUTADO DÚLIO GENARI
RELATOR



EMENDA DE PLENÁRIO 01 - DPL 30/05/12 \$

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury





EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 817/2011.

Súmula: Exclui o artigo 8º, do Projeto de Lei nº 817/2011.


Art. 1º Exclui o artigo 8º, do Projeto de Lei nº 817/2011, que dispõe sobre a obrigatoriedade da identificação dos torcedores nos estádios de futebol no Estado do Paraná, de autoria do Deputado Bernardo Ribas Carli.


Sala das sessões, 30 de maio de 2012.

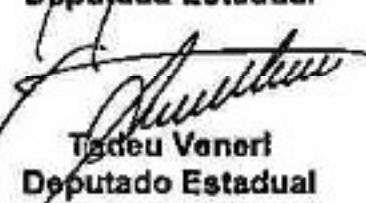

Elton Welter
Deputado Estadual


Enio Verri
Deputado Estadual


Luciana Rafagnin
Deputada Estadual


Péricles de Mello
Deputado Estadual


Prof. Lemos
Deputado Estadual


Tadeu Veneri
Deputado Estadual


Toninho Wandscheer
Deputado Estadual

15:34 30-05-2012 083347 MP ASSINEL EM LITOGRAFIA DO PLOCOB



EMENDA DE PLENÁRIO 02 - DAP. 30/05/12 §.

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury




EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 817/2011.

Súmula: Exclui o artigo 5º, do Projeto de Lei nº 817/2011.


Art. 1º Exclui o artigo 5º, do Projeto de Lei nº 817/2011, que dispõe sobre a obrigatoriedade da identificação dos torcedores nos estádios de futebol no Estado do Paraná, de autoria do Deputado Bernardo Ribas Carli.


Sala das sessões, 30 de maio de 2012.


Elton Walter
Deputado Estadual


Enio Verri
Deputado Estadual


Luciana Rafagnin
Deputada Estadual


Péricles de Mello
Deputado Estadual


Prof. Lemos
Deputado Estadual


Tadeu Veneri
Deputado Estadual

Toninho Wandscheer
Deputado Estadual

15334 30-05/2012 083349 MP RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 15334



EMENDA DE PLENÁRIO 03 - DAR. 30/05/12 §
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

DL


EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 817/2011 Fls. 32
9

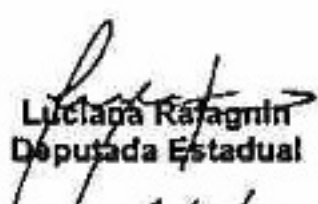
Súmula: Exclui o artigo 4º, do Projeto de Lei nº 817/2011.


Art. 1º Exclui o artigo 4º, do Projeto de Lei nº 817/2011, que dispõe sobre a obrigatoriedade da identificação dos torcedores nos estádios de futebol no Estado do Paraná, de autoria do Deputado Bernardo Ribas Carli.

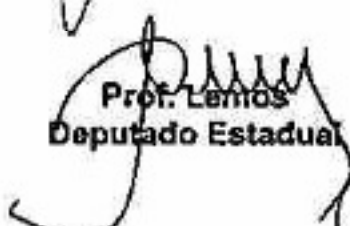
Sala das sessões, 30 de maio de 2012.



Elton Velter
Deputado Estadual

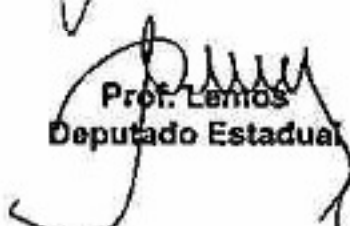

Enio Verri
Deputado Estadual


Luciana Rafagnini
Deputada Estadual

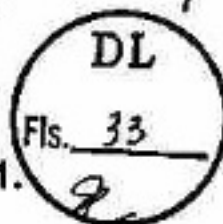

Péricles de Mello
Deputado Estadual


Prof. Lemos
Deputado Estadual


Yadeu Veneri
Deputado Estadual


Toninho Wandscheer
Deputado Estadual

15334 30/05/2012 09:33:49 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ




EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 817/2011.

Súmula: Exclui o artigo 3º, do Projeto de Lei nº 817/2011.


Art. 1º Exclui o artigo 3º, do Projeto de Lei nº 817/2011, que dispõe sobre a obrigatoriedade da identificação dos torcedores nos estádios de futebol no Estado do Paraná, de autoria do Deputado Bernardo Ribas Carli.

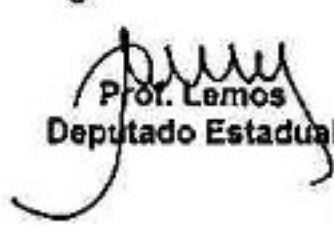
Sala das sessões, 30 de maio de 2012.



Elton Welter
Deputado Estadual


Enio Verri
Deputado Estadual


Luciana Ratzagrin
Deputada Estadual


Péricles de Mello
Deputado Estadual


Prot. Lemos
Deputado Estadual

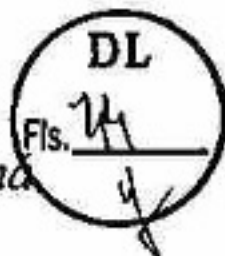

Tadeu Veneri
Deputado Estadual

Toninho Wandscheer
Deputado Estadual

15:54 30/05/2012 08:33:38 Nº ASSUNTO 112334702 20 1163702



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER ÀS EMENDAS SUPRESSIVAS DE PLENÁRIO 01, 02, 03 e 04 AO
PROJETO DE LEI Nº 817/11.

Projeto de Lei nº 817/11

Autor das emendas: Bancada do Partido dos Trabalhadores

Súmula: Dispõe sobre a
obrigatoriedade da identificação dos
torcedores nos estádios de futebol no
Estado do Paraná e dá outras
providências.

EMENTA: EMENDA DE PLENÁRIO 01.
EXCLUI ART. 8º DO PROJETO DE LEI Nº
817/11. ANÁLISE PRÉVIA PELA
APROVAÇÃO. EMENDA DE PLENÁRIO
02. EXCLUI ART. 5º DO PROJETO DE LEI
Nº 817/11. ANÁLISE PRÉVIA PELA
APROVAÇÃO. EMENDA DE PLENÁRIO
03. EXCLUI ART. 4º DO PROJETO DE LEI
Nº 817/11. ANÁLISE PRÉVIA PELA
APROVAÇÃO. EMENDA DE PLENÁRIO
Nº 04. EXCLUI ART. 3º DO PROJETO DE
LEI Nº 817/11. ANÁLISE PRÉVIA PELA
APROVAÇÃO NA FORMA DA
SUBEMENDA EM ANEXO.
POSSIBILIDADE. ARTS. 33, 137 E 141
REGIMENTO INTERNO ALEP. PARECER
CONSTITUCIONAL



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Deputado Bernardo Ribas Carli, dispõe sobre a obrigatoriedade da identificação dos torcedores nos estádios de futebol no Estado do Paraná e dá outras providências, sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo relator Deputado Alexandre Curi.

Ocorre que, quando da segunda discussão em Plenário o referido projeto recebeu Emendas Supressivas, de autoria da Bancada do Partido dos Trabalhadores. Por esta razão é que as referidas Emendas submetem-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

I - Emendas de Plenário 01, 02 e 03

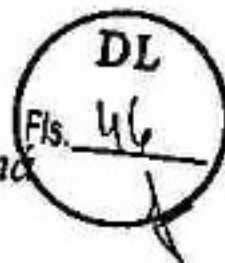
De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 24 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grito nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que as presentes emendas foram propostas no início da 2ª Discussão em Plenário e apoiada por cinco Deputados.

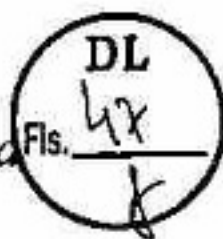
O Regimento Interno, em seu art. 137, §1º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como supressiva aquela proposição que manda erradicar qualquer parte de outra.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 1º Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte de outra. (grito nosso).



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Assim, verifica-se que as presentes emendas estão perfeitamente coerentes com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperarem,

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98.

II – Emenda de Plenário 04

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
48
Fls. 1

Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grito nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta no início da 2ª Discussão em Plenário e apoiada por cinco Deputados.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §1º, prevê a possibilidade em se oferecer emenda ao projeto de lei apresentado, classificando-se como supressiva aquela proposição que manda erradicar qualquer parte de outra.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 1º Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte de outra. (grito nosso).

No entanto, a Emenda de Plenário nº 04 ao suprimir o artigos 3º do Projeto de Lei ora em tela acaba por ferir a Lei Complementar 95/98, tendo em vista que acaba tornando o projeto sem precisão alguma:

Art. 11. As disposições normativas terão redigidas com clareza, precisão e ordem lógica, observadas, para esse propósito, as seguintes normas:

II - para a obtenção de precisão:

a) articular a linguagem, técnica ou comum, de modo a ensejar perfeita compreensão do objetivo da lei e a permitir que seu texto evidencie com clareza o conteúdo e o alcance que o legislador pretende dar à norma;



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 49
X

Assim, com o objetivo de proporcionar uma melhor técnica legislativa a Emenda de Plenário n 04, propõe-se a seguinte subemenda, nos termos do artigo 29, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 29. A Assembléia, depois de eleita a Mesa, organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias.

§ 1º Às comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:

III - apresentar substitutivos, emendas e subemendas.
(grifos nossos)

Neste sentido dispõe o art. 138 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 138. A emenda apresentada a outra denomina-se subemenda.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO das Emendas de Plenários nº 01, 02 e 03, e a APROVAÇÃO, da Emenda de Plenário nº 04, na forma da SUBEMENDA EM ANEXO.

Sala das Comissões, em 05 de junho de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO ALEXANDRE CURI
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 50

**SUBEMENDA A EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO Nº 04 AO PROJETO DE LEI
Nº 817/2011**

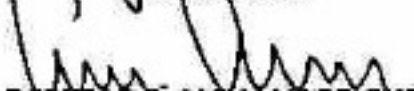
Com fulcro no que autorizam os artigos 138 e 141, inciso II do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Subemenda, a qual visa alterar a Emenda Supressiva de Plenário nº 04 de autoria da Bancada do Partido dos Trabalhadores que passa a vigorar com a seguinte redação:

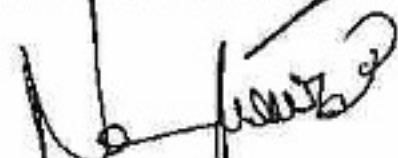
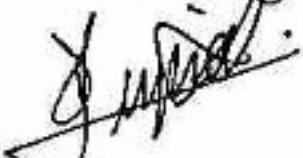

Art. 1º. Fica alterado o art. 3º do Projeto de Lei nº 817/2011, que passa a contar com a seguinte redação:

"Art. 3º. Os torcedores e frequentadores dos estádios serão cadastrados no ato da compra dos ingressos, mediante a apresentação do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF."

Sala das Comissões, 05 de junho de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ALEXANDRE CURI
RELATOR




Praça Nossa Senhora da Saúde s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

PROJETO DE LEI Nº 779/11

Decreto:

**LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.**

Em, 27 SEP. 2011

1º Secretário

Sumula: Declara de Utilidade Pública a Casa Lar São Francisco de Assis, da cidade de Cruzeiro do Oeste.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Casa Lar São Francisco de Assis, com sede e foro no Município de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em

NELSON GARCIA
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA:

A Casa Lar São Francisco de Assis, é sociedade civil, sem fins lucrativos, de caráter beneficente e educacional, assistencial, com os principais objetivos descritos:

- a) Abrigo na forma casa-lar de crianças de ambos os sexos, na faixa etária de 0 a 17 anos e 11 meses, em condições de risco pessoal e social,
- b) Acompanhamento educacional, psicológico, assistência social e saúde,
- c) Preservação dos vínculos familiares, e integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem.

Gabinete Deputado Nelson Garcia
Gabinete 502 - 5ª andar - Fone: 3350-4057/4257
www.nelsongarcia.com.br

14146 27/09/2011 007526 DR BURNELL LEV 2100 OF 14510



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 779/2011

Projeto de Lei nº.779/2011

Autor: Deputado Estadual Nelson Garcia

Súmula: Declara de Utilidade Pública a CASA LAR SÃO FRANCISCO DE ASSIS, da cidade de Cruzeiro do Oeste.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA - LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Nelson Garcia, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a *Casa Lar São Francisco de Assis, com sede e foro no Município de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná.*

FUNDAMENTAÇÃO

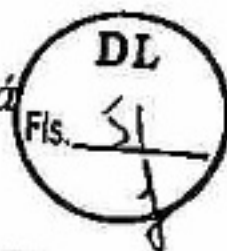
Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



g) declaração de utilidade pública de entidades civis,
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade a assistência social, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;
- II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 52

seus atos constitutivos demonstram as áreas de atuação, sendo da assistência social, de educação, de pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 19 de 06 de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO DUILIO GENARI
RELATOR

APROVADO

unanimemente
14.06



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.
Fls. 2
~

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 10 ABR. 2012

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 156/12

SÚMULA: Altera o Art. 1º da Lei nº 17.048 de 04 de janeiro de 2012, com a seguinte redação.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ DECRETA:

O

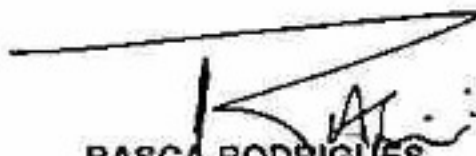
Art.1º O Art.1º da Lei nº 17.048 de 04 de janeiro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art .1º. Fica permitido o uso de lagos, lagoas e represas públicas e privadas do Estado do Paraná, destinadas exclusivamente à captação de água para abastecimento, para a prática de esportes aquáticos que não utilizem motor de combustão por hidrocarboneto."

O

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 09 de abril de 2012.


RASCA RODRIGUES
Deputado Estadual – PV

15:00 10-04-2012 00:25:20 DP ASSINADO 115510370 DE 10354



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei tem por finalidade alterar o Art. 1º da Lei nº. 17.048 de 04 de janeiro de 2012, incluindo no texto original a palavra *"exclusivamente"*. Essa alteração corretiva, visa determinar que os reservatórios destinados à prática das modalidades de esportes aquáticos que não utilizem motores a combustão por hidrocarboneto sejam somente aqueles usados exclusivamente para a captação de água para abastecimento.

A mudança ora proposta visa possibilitar a fiscalização por parte dos órgãos públicos responsáveis, por estes locais.

É sabido que no Estado do Paraná grande parte dos reservatórios usados na captação, tratamento e distribuição da água que chega aos nossos lares provem de lagos artificiais construídos pelo barramento de rios e usados muitas vezes com fins múltiplos, como: geração de energia elétrica, abastecimento doméstico, lazer, produção pesqueira dentre outros. A complexidade da fiscalização desses reservatórios é imensa, pela amplitude das áreas alagadas, e pela estrutura física e de pessoal, existentes atualmente nos órgãos públicos responsáveis por estes reservatórios.

Sendo assim, solicito a atenção especial dos nobres pares com assento nesta Casa de Leis, na aprovação da presente proposta.

✓



Lei nº. 17.048



Data 01 de janeiro de 2012

Súmula Dispõe sobre o uso de lagos, lagoas e represas públicas e privadas para a prática de esportes aquáticos.

A Assembleia Legislativa do Estado Do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

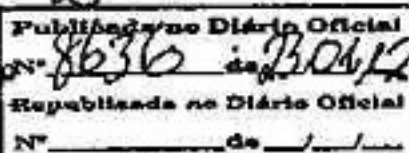
Art. 1º Fica permitido o uso de lagos, lagoas e represas públicas e privadas do Estado do Paraná, destinadas à captação de água para abastecimento, para a prática de esportes aquáticos que não utilizem motor de combustão por hidrocarboneto.

Art. 2º ... Vetado...

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 01 de janeiro de 2012.

Carlos Alberto Richa
Governador do Estado



Joni Nazareno Iurk
Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Durval Amaral
Chefe da Casa Civil

Rasca Rodrigues
Deputado Estadual



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 156/2012 – que altera a Lei nº. 17.048 de 04 de janeiro de 2012, que disciplina o uso de lagoas, lagoas e represas públicas e privadas no Estado do Paraná para a prática de esportes aquáticos que não utilizem motores de combustão por hidrocarboneto.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, Requer, após ouvido o Douto Plenário, nos termos do artigo 181 do Regimento Interno **REGIME DE URGÊNCIA** ao Projeto de Lei nº 156/2012 – que altera a Lei nº. 17.048 de 04 de janeiro de 2012, que disciplina o uso de lagoas, lagoas e represas públicas e privadas no Estado do Paraná para a prática de esportes aquáticos que não utilizem motores de combustão por hidrocarboneto.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 2012.

*Anexo -
Projeto de Lei nº 156/2012
7-7-12
Maurício Roberto Borges
Diretor Legislativo*

RASCA RODRIGUES
Deputado Estadual - PV



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 156/12

Projeto de Lei nº 156/12
Autor: Dep. Rasca Rodrigues

Súmula: Altera o art. 1º da Lei nº 17.048 de 04 de janeiro de 2012.

EMENTA: VISA INCLUIR NO ART. 1º DA LEI Nº 17.048/12 A PALAVRA "EXCLUSIVAMENTE". POSSIBILIDADE, INICIATIVA LEGISLATIVA AFERIDA. ARTS. 24 E 225 CF. ARTS 13, 65 E 207 DA CE. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de iniciativa do Deputado Rasca Rodrigues, visa alterar o art. 1º da Lei nº. 17.048 de 04 de janeiro de 2012, incluindo no texto original a palavra "exclusivamente".

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

REGIME DE URGÊNCIA



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações
posteriores.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a
competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela,
conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer
membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais
e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu
arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase
de sua tramitação. (Grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a
competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e
do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob
a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado
do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e
ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da
Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao
Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral
de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos
previstos nesta Constituição. (Grifo nosso)

É de competência concorrente da União, Estados e
Distrito Federal dispor sobre proteção ao meio ambiente, conforme o
artigo 24, inciso VI, da Constituição Federal, determina:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

Nesta mesma esteira, enuncia a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 13:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

(...)

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção ao meio ambiente e controle da poluição;

Podemos constatar, portanto, que o assunto abordado no presente Projeto de Lei pode ser objeto de legislação estadual, haja vista a previsão constitucional para tanto.

Ainda, a Carta Magna dispõe que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao Poder Público o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Neste sentido, a Constituição Estadual estabelece em seu artigo 207:

Art. 207. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Estado, aos Municípios e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presente e futuras, garantindo-se a proteção dos ecossistemas e o uso racional dos recursos ambientais.

Com efeito, a alteração da lei proposta pelo parlamentar está em consonância com os Princípios do Paralelismo das Formas e da Hierarquia das Leis, tendo em vista que um ato jurídico só pode ser modificado mediante o emprego de formas idênticas àquelas adotadas para elaborá-la.

Desta forma, considerando-se que a matéria abrangida não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o Projeto de Lei está em consonância aos ditames constitucionais.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do acima exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

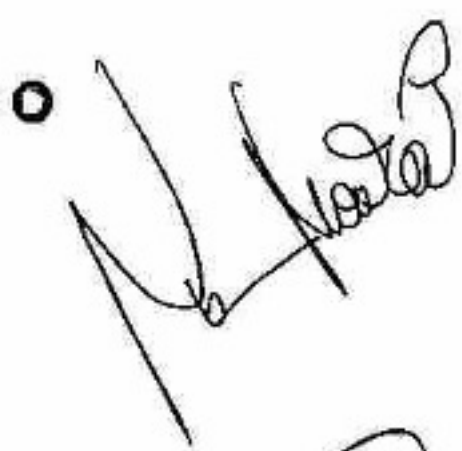

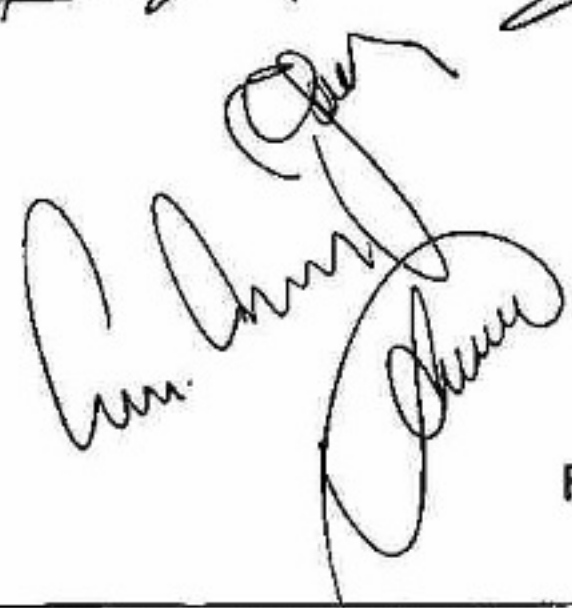

Sala das Comissões, 17 de abril de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE *ausente*


DEPUTADO ALEXANDRE CURI

RELATOR





REGIME DE URGÊNCIA



COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 156/2012

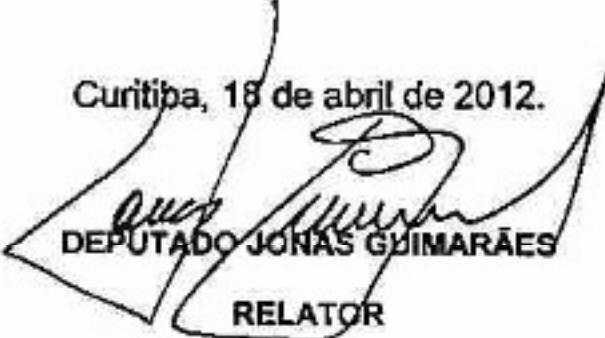


O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Rasca Rodrigues, tem por finalidade alterar o artigo 1º da Lei 17.048/2012, incluindo no texto original a palavra "exclusivamente".

Em razão do objeto do presente projeto de lei possuir um relevante interesse coletivo, opino favoravelmente à aprovação do presente Projeto de Lei.

Portanto, em face do exposto e conforme o parecer da CCJ, oferecemos PARECER FAVORÁVEL, recomendando a sua aprovação.

Curitiba, 18 de abril de 2012.


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES

RELATOR


DEPUTADO LUIZ EDUARDO CHEIDA

PRESIDENTE



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Esportes



COMISSÃO DE ESPORTES

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 156/12

O presente Plano de Lei, de autoria do Nobre Deputado Rasca Rodrigues, tem por objetivo alterar o art. 1º da Lei nº 17.048, de 04 de janeiro de 2012, visando incluir no texto original a expressão "exclusivamente".

Inicialmente denota-se que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Alexandre Curi e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável. Na sequência a matéria seguiu para a douta Comissão de Ecologia e Meio Ambiente que por meio de seu Relator Deputado Jonas Guimarães, também exarou o devido parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Esportes, cumprindo as determinações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-S, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer a iniciativa do Nobre Deputado Rasca Rodrigues.

Cumpre salientar que o Regimento Interno desta Assembleia, por meio do art. 124, assegura a competência do nobre deputado para propor matérias dessa natureza.

Saliento ainda, que a nossa Carta Estadual, em seu art. 65, também garante ao parlamentar desta Assembleia a iniciativa da referida proposta.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Esportes

DL
Fls. 28

De igual modo, constata-se que medidas como a presente garantem o cumprimento dos dispositivos constitucionais concorrentes, tratados no art. 24, inciso VI da Carta Magna Federal e art. 13, inciso VI, da Carta Magna Estadual, quando trata-se da questão de proteção do meio ambiente.

Da mesma forma, observamos que, tanto o art. 225 da Constituição Federal bem como o art. 207 da Constituição Estadual dispõem sobre a importância e o direito que todos tem em relação ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, preservando-o para as presentes e futuras gerações.

Isto posto, e não encontrando nada que possa obstaculizar sua normal tramitação processual legislativa, apresento o devido parecer FAVORÁVEL pela aprovação do Projeto em tela.

Sala das Comissões, em

DEPUTADO NEY LEPREVOST
PRESIDENTE

DEPUTADO ADEMIR BIER
RELATOR



DEP. CANTORA MARALINA

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Fls.

2
0

LIDO NO EXEMPLO
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 27 FEV, 2012

1º Secretário

de Resolução nº 001 / 2012

Súmula: Altera a redação da Resolução nº 02/05 que instituiu o
Diploma Mulher-Cidadã Zilda Arns, e da outras providências.

O artigo 1º passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º Fica instituído o Prêmio Mulher-Cidadã Zilda Arns, a ser conferido anualmente pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná a mulheres que, no âmbito do Estado, tenham oferecido contribuição relevante à defesa dos direitos da mulher e das questões do gênero".

O artigo 2º com seus parágrafos passarão a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º A concessão da homenagem a que se refere o artigo 1º poderá ser proposta por qualquer parlamentar estadual ou entidade, governamental ou não governamental, que, no Estado desenvolva atividades relacionadas à promoção e valorização da mulher".

§ 1º Cada parlamentar ou entidade poderá indicar anualmente, até o último dia útil do mês de setembro, um nome de candidata ao Prêmio.

§ 2º A indicação deverá ser instruída com justificativa da concessão da homenagem, acompanhada do respectivo curriculum vitae da mulher a ser agraciada com a honraria.

13/25 27/02/2012 08:09:22 Nº 033/MLT/LIB/SEM/14/ 09 115006



O artigo 3º passa a vigorar com a seguinte redação, mantida a redação do parágrafo único:

"Art. 3º O Prêmio de que trata esta Resolução será constituído: de um Diploma Mulher-Cidadã Zilda Arns que será entregue durante as comemorações do Outubro Rosa e de um Medalhão Mulher-Cidadã Zilda Arns que será entregue por ocasião das comemorações do Dia Internacional da Mulher, no ano seguinte, em solenidade realizada na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná".

Parágrafo Único – Por deliberação do Plenário, a solenidade poderá ser realizada em outro local.

O artigo 4º e seu parágrafo único passarão a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º Para proceder à apreciação das indicações e à escolha das agraciadas fica designada a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Assembleia Legislativa".

"Parágrafo Único – A Comissão da Defesa dos Direitos da Mulher enviará à Mesa Executiva, os nomes das agraciadas com a honraria".

"Os parágrafos 1º e 2º do artigo 4º ficam revogados".

O artigo 5º fica revogado por se referir apenas ao ano de 2005.

Renomela-se o Artigo 5º que passa a vigorar com a seguinte redação.

Art. 5º Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de fevereiro de 2012.

CANTORA MARA LIMA

Deputada Estadual



JUSTIFICATIVA

Alguns fatores novos nos levaram a propor alterações no conteúdo da Resolução número dois (02) do ano de dois mil e cinco (2005), de autoria da nobre deputada Elza Correia e promulgada pelo então Presidente desta Casa, Deputado Hermas Brandão. O primeiro deles é que na época da proposição inicial, Zilda Arns era viva e apesar do seu trabalho extraordinário à frente da Pastoral da Criança, sendo conhecida nacional e internacionalmente, e, indicada 3 vezes para o Prêmio Nobel da Paz, pelo Brasil, não teve o reconhecimento que merecia.

Médica Pediatra e Sanitarista, Zilda Arns nasceu em Forquilha (SC), no dia 25 de agosto e faleceu aos 75 anos, no dia 12 de janeiro de 2010, na cidade Porto Príncipe, durante um terremoto no Haiti.

Fundadora e coordenadora internacional da Pastoral da Criança, foi indicada pelo Brasil para o Prêmio Nobel da Paz.

Hoje, (Imortal) Zilda Arns faz por merecer a instituição de um Prêmio com o seu nome; e, estamos aproveitando a Resolução que criou o Diploma Mulher-Cidadão Zilda Arns, para ampliar a homenagem mantendo o Diploma e acrescentando um Medalhão para com o nome da nossa querida Zilda Arns, homenagear mulheres que se destacam em Defesa dos Direitos da Mulher.

As alterações propostas não ferem o mérito da Resolução nº 02/05, e ampliam as possibilidades de se prestar homenagens as mulheres que prestam serviços à comunidade da mulher, sejam elas de teor científico, cultural, social, de direito público ou na área de saúde, ou qualquer outra que venha enaltecer a mulher paranaense.

Por isso, pedimos o apoio dos demais pares para a sua aprovação.



RESOLUÇÃO Nº 02/05

Súmula: Institui o Diploma Mulher-Cidadã Zilda Arns, a ser conferido pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Data: 01 de março de 2005.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 122 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º Fica instituído o Diploma Mulher-Cidadã Zilda Arns, a ser conferido anualmente pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná a cinco mulheres que, no âmbito do Estado, tenham oferecido contribuição relevante à defesa dos direitos da mulher e das questões de gênero.

Art. 2º A concessão da homenagem a que se refere o artigo 1º poderá ser proposta por qualquer entidade, governamental ou não governamental, que, no Estado, desenvolva atividades relacionadas à promoção e valorização da mulher.

§ 1º Cada entidade poderá indicar anualmente, até 1º de novembro, um nome de candidata ao Diploma.

§ 2º A indicação deverá ser instruída com justificativa da concessão da homenagem, acompanhada do respectivo curriculum vitae da mulher a ser agraciada com a honraria, até 1º de novembro de cada ano.

Art. 3º O Diploma de que trata esta Resolução será entregue anualmente, por ocasião da comemoração do Dia Internacional da Mulher, em solenidade realizada na Assembléia Legislativa do Estado.

Parágrafo único. Por deliberação do Plenário, a solenidade poderá ser realizada em outro local.

Art. 4º Para proceder à apreciação das indicações e à escolha das agraciadas, fica instituído o Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Zilda Arns, composto por um representante de cada partido político com assento na Assembléia Legislativa.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 6

5

Resolução n.º 02/05
Fls. 2

§ 1º O Conselho escolherá anualmente, dentre seus integrantes, seu presidente, a quem caberá a coordenação dos trabalhos.

§ 2º O Conselho enviará à Mesa Executiva, em tempo hábil para os preparativos da solenidade de que trata o artigo anterior, os nomes das cinco agraciadas.

Art. 5º Excepcionalmente, para possibilitar a entrega do Diploma durante as comemorações alusivas ao Dia da Mulher em 2005, as indicações poderão ser feitas até 1º de fevereiro desse ano.

Art. 6º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, 01 de março de 2005.

HERMAS BRANDAO

Presidente



Justificativa do Projeto de Resolução nº 213/2004

O presente projeto acompanha iniciativa do Senado Federal e da Câmara Federal que instituíram, no âmbito daquelas Casas Legislativas, o Diploma Mulher-Cidadã Berta Lutz e Carlota Pereira de Queirós, por meio das Resoluções nºs 02/2001 e 03/2003, respectivamente.

O propósito dessa iniciativa é homenagear mulheres que com seu trabalho exemplar, permite, a vivência da cidadania e a defesa dos direitos da mulher como pessoa. Objetiva, também, incentivar e apoiar ações que visem ao aperfeiçoamento das questões de gênero.

O nome da médica pediatra e sanitarista Zilda Arns foi escolhido para denominar o Diploma Mulher-Cidadã em reconhecimento ao seu inestimável trabalho como fundadora e coordenadora da Pastoral da Criança, que realiza trabalho de assistência e atendimento básico nas áreas de saúde pública, nutrição e educação.

Zilda Arns nasceu em Farroupilha, Santa Catarina. Em 1959, formou-se pela Universidade Federal do Paraná. De 1955 a 1964, foi pediatra do Hospital de Crianças Cezar Pernetta, em Curitiba. Depois, como diretora da Associação Filantrópica Sara Lattes, organizou postos de saúde materno-infantil e clube de mães e treinou alunas de magistério e médicos residentes. Ocupou o cargo até 1978, e de 1967 a 1974, acumulou com ele a função de Chefe da Divisão de Proteção Social do Departamento da Criança da Secretaria de Saúde Pública do Paraná. Nesse período, Zilda Arns se especializou em Pediatria Social e Saúde Pública.

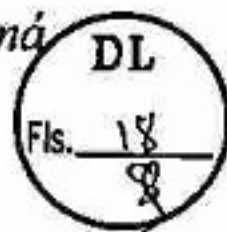
Em 1979, Zilda Arns coordenou o Ano Internacional da Criança no Paraná, com apoio do Unicef e do Ministério da Saúde. No ano seguinte, durante a primeira epidemia de poliomielite no Estado, coordenou a campanha de vacinação Sabim. Por dois anos, foi diretora do Departamento de Saúde Materno-Infantil do Paraná e coordenou o programa de saúde escolar.

Em 1983, foi convidada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e pela Unicef para realizar um trabalho pela sobrevivência infantil, tornando-se fundadora e coordenadora da Pastoral da Criança, atividade que realiza até a presente data.

Assim, a instituição do Diploma Mulher-Cidadã Zilda Arns é também, uma homenagem a essa valorosa mulher, que dedicou sua vida profissional à saúde da criança, tema de fundamental importância para todas as mulheres.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 001/12

Projeto de Resolução nº 001/12
Autora: Deputada Cantora Mara Lima

Súmula: Altera a redação da Resolução nº 02/05 que Institui o Diploma Mulher-Cidadã Zilda Arns, e dá outras providências.

EMENTA: ALTERA A REDAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 02/05 QUE INSTITUI O DIPLOMA MULHER-CIDADÃ ZILDA ARNS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. POSSIBILIDADE. ARTS. 29, 33-A, 121, 124 E 137 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ART. 64 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. LEGAL. ANÁLISE PRÉVIA PELA APROVAÇÃO NA FORMA DA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Resolução, de autoria da Deputada Cantora Mara Lima altera a redação da Resolução nº 02/05 que Institui o Diploma Mulher-Cidadã Zilda Arns, e dá outras providências.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1988 e alterações posteriores.

Ainda, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de resolução ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A Constituição do Estado do Paraná determina como competência privativa da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispor sobre sua organização e funcionamento:

Art. 54. Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa:

III - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná **DL**
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Fls. 20
8

Os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes
orçamentárias;

Destarte, o PROJETO DE RESOLUÇÃO é o meio adequado
para regular o referido assunto, conforme dispõe o art. 121, § 2º, do REGIMENTO
INTERNO:

Art. 121. A Assembleia exerce a sua função Legislativa
por via de projetos de lei, de resoluções ou de decretos
legislativos.

§ 1º...

§ 2º Os projetos de resolução destinam-se a regular as
matérias de caráter político, administrativo e processual,
sobre as quais deva a Assembleia pronunciar-se,
exclusivamente em casos concretos, (...)

No entanto, com o objetivo proporcionar uma melhor técnica
legislativa ao Projeto de Resolução ora em tela, propõe-se o seguinte substitutivo
geral, nos termos do artigo 29, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná:

Art.º 29. A Assembleia, depois de eleita a Mesa,
organizará as comissões permanentes, dentro de quinze
dias.

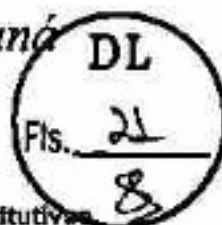
§ 1º As ~~comissões permanentes~~, na respectiva área de
atuação, compete entre outras:

III - apresentar substitutivos, emendas e subemendas.
(grifos nossos)

Neste sentido, dispõe o art. 137, §2º do Regimento Interno
desta Casa de Leis:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



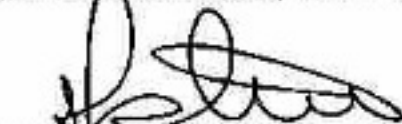
Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, redativas ou modificativas.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo geral quando abrange o seu conjunto.


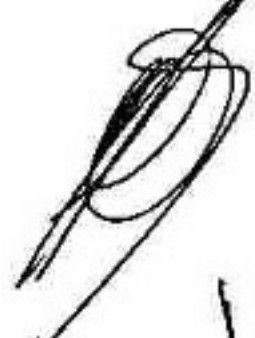

CONCLUSÃO

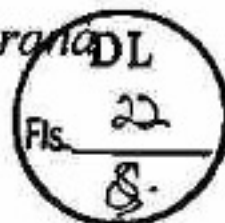
Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Resolução, em face de sua **LEGALIDADE**, na forma da **EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL** em anexo.

Sala das Comissões, 29 de maio de 2012.


NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


PR. EDSON PRACZYK
RELATOR




Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 001/2012

De acordo com o que determinam os artigos 29 e 137, §2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, passa o Projeto de Resolução nº 001/2012 a contar com a seguinte redação:

SÚMULA: Altera a redação da Resolução nº 02/2005, que instituiu o Diploma Mulher-Cidadã Zilda Arns, e dá outras providências.

Art. 1º. O artigo 1º da Resolução nº 02/2005 passa a contar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica instituído o Prêmio Mulher-Cidadã Zilda Arns, a ser conferido anualmente pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná a mulheres que, no âmbito do Estado, tenham oferecido contribuição relevante à defesa dos direitos da mulher e das questões do gênero".

Art. 2º. O artigo 2º da Resolução nº 02/2005 e seus parágrafos passarão a contar com a seguinte redação:

"Art. 2º A concessão da homenagem a que se refere o artigo 1º poderá ser proposta por qualquer parlamentar estadual ou entidade, governamental ou não governamental, que, no Estado desenvolva atividades relacionadas à promoção e valorização da mulher".

§ 1º Cada parlamentar ou entidade poderá indicar anualmente, até o último dia útil do mês de setembro, um nome de candidata ao Prêmio.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



§ 2º A indicação deverá ser instruída com justificativa da concessão da homenagem, acompanhada do respectivo curriculum vitae da mulher a ser agraciada com a honraria.

Art. 3º. O caput do artigo 3º da Resolução nº 02/2005 passa a contar com a seguinte redação:

"Art. 3º O Prêmio de que trata esta Resolução será constituído: de um Diploma Mulher-Cidadã Zilda Arns que será entregue durante as comemorações do Outubro Rosa e de um Medalhão Mulher-Cidadã Zilda Arns que será entregue por ocasião das comemorações do Dia Internacional da Mulher, no ano seguinte, em solenidade realizada na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná".

Art. 4º. O artigo 4º e seu parágrafo único da Resolução nº 02/2005 passarão a contar com a seguinte redação:

"Art. 4º Para proceder à apreciação das indicações e à escolha das agraciadas fica designada a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Assembleia Legislativa".

"Parágrafo Único – A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher enviará à Mesa Executiva, os nomes das agraciadas com a honraria".

Art. 5º. Ficam revogados os parágrafos 1º e 2º do artigo 4º e o artigo 5º da Resolução nº 02/2005.

Art. 6º. Fica renumerado o atual artigo 6º da Resolução nº 02/2005 para artigo 5º.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 7º. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Comissões, em 22 de maio de 2012.


NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


PR. EDSON PRACZYK

RELATOR



COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 001/12

SÚMULA: Altera a redação da Resolução no. 02/05 que institui o Diploma Mulher-Cidadã Zilda Ams e dá outras providências.

AUTOR: Deputada Cantora Mara Lima.

TRAMITAÇÃO: O Projeto de Lei já recebeu pareceres favoráveis da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça).

ANÁLISE E PARECER:

Pretende a autora do Projeto de Resolução em análise promover algumas alterações na já meritória Resolução n 02/05 promulgada por esta Casa de Leis, imprimindo-lhe maior amplitude no sentido de possibilitar a concessão da láurea a um maior número de mulheres do nosso Estado.

Indiscutível o mérito inicial da proposta já promulgada pela Assembleia Legislativa do Paraná que presta seu reconhecimento a uma das mais destacas personalidades do nosso Paraná – a Dra. Zilda Ams, que muito colaborou para a diminuição da mortalidade infantil do nosso Estado, entre as muitas outras ações que desenvolveu em prol da nossa sociedade.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

DL

Fis. 28

Também de indiscutível mérito a proposta ora em pauta, da Deputada Cantora Mara Lima, que, reconhecendo a importância da homenagem, estende-a a um maior número de pessoas que possam ter contribuído com essa importante causa que é o direito da mulher, no nosso Paraná, reconhecendo as iniciativas das que fizeram jus ao prêmio.

Diante do exposto, emito PARECER FAVORÁVEL ao Projeto de Resolução n. 001/12.

Sala de Reuniões, em 04 de [assinatura] de 2012.

DEP. MARLA TURECK
Presidente

DEP. ROSE "LITRO"
Relatora

Handwritten signature and text:
[assinatura]
TERZO KST

Handwritten signature